

Evitar o vazio de poder

Seria bom que os políticos brasileiros meditassem sobre a ação política que se desenvolve na Argentina para antecipar a posse do presidente eleito, Carlos Menem. Legalmente, o líder peronista sagrado vitorioso nas urnas — e com sua eleição assegurada por boa maioria no Colégio Eleitoral — só tomaria posse em dezembro. Ora, de maio ao fim do ano, são sete meses, prazo suficiente para que a crise econômica gere um ser teratológico que não só os argentinos temem, mas toda a América Latina, especialmente os vizinhos da república platina, receia.

■ O esforço que se fará para antecipar a posse do presidente eleito responde a duas preocupações: uma, a de que a crise se agrave de maneira incontrolável se persistir o vácuo de poder que de fato se criou com a eleição de domingo. Outra, não de natureza política, mas ética, a de que num momento em que a população perde confiança na moeda, demonstra desacordo com o governo e começa a dar sinais de temer pelo futuro das instituições, é dever dos políticos esquecer suas ambições pessoais e colocar o bem da Pátria acima de tudo. Se se confirmarem as informações de que de fato Alfonsín considera necessário transmitir o poder o quanto antes a seu sucessor, o atual presidente da Argentina terá dado um exemplo de desprendimento único na história recente desta sofrida América Latina.

■ Ora, quando se voltam os olhos para o que está acontecendo no Brasil, chega-se à conclusão de que o País corre o risco de

ver-se diante de idêntico vácuo de poder a partir de 15 de dezembro, se não já de 15 de novembro. É que no fim do ano, em primeiro ou segundo turno, novembro ou dezembro, haverá um presidente eleito que só tomará posse em março. Retomando o dito popular, se hoje o serviço de cafezinho no Palácio do Planalto já é deficiente, como será de dezembro a março?

Não é apenas o atendimento pessoal do presidente da República e de seus auxiliares diretos que nos preocupa. Afinal, a ausência do copeiro pode ser compensada pelo uso de garrafas térmicas. Inquietamos é a sensação, que hoje existe e deverá aumentar à medida que o tempo correr, de que o governo Sarney não tem mais fôlego a não ser para tocar o expediente. A diferença de grandeza entre as economias brasileira e argentina não permitiu, ainda, que se chegasse aqui à situação de pânico e descrédito da moeda que existe lá.

Sem apoio na opinião pública, sem maioria no Congresso, ora considerando a Constituição vigente um empecilho para a efetivação da transição, ora temendo pela sorte das instituições, o presidente José Sarney não saberá, de dezembro a março, inspirar a confiança que acalme os temores, nem terá pulso suficiente para impor-se a uma administração que começará a voltar-se, como é normal que ocorra, para o presidente eleito.

Num de seus mais recentes pronunciamentos, o presidente Sarney disse preferir que o atacassem, mas não ao Brasil.

Essa afirmação indica por si grande desprendimento — e autoriza a colocar a questão do vazio de poder que se criará a partir de dezembro sem envolver qualquer ofensa pessoal a s. exa.. Tudo milita em favor de que, apurado o resultado final das eleições, a posse do presidente que sucederá o sr. José Sarney se dê no prazo mínimo indispensável a que o eleito tome minimamente conhecimento do estado em que se encontra a administração federal. Minimamente, dizemos, pela simples e boa razão de que para enfronhar-se nos pormenores da máquina administrativa o futuro chefe de governo perderá bem mais de três meses.

Dir-se-á que existem obstáculos constitucionais impeditivos para que a posse do presidente eleito se dê antes de 15 de março de 1990. Esses obstáculos são de menor monta se houver, de parte do presidente Sarney e dos membros do Congresso, o sincero desejo de poupar ao Brasil o drama de uma transição governamental que se estique por três meses de descrédito da autoridade cessante, que poderá transmitir-se ao presidente que entrará em seguida no exercício de suas funções. A emenda constitucional antecipando a posse do sucessor do presidente Sarney poderá ser aprovada sem dificuldades — agora, antes do pleito, para que depois não se diga que se trata de um casuismo. O presidente Sarney redimir-se-ia de muito do que fez ou deixou de fazer se concordasse imediatamente com a antecipação da posse de seu sucessor.